

Mulheres Potiguara e a Sustança da Terra: Gênero, Circulação de Renda e Interseccionalidade nas Práticas Agrícolas do Litoral Paraibano

Cristina de Lima Bernardo – UFRN / RN

Resumo

Este artigo analisa as práticas agrícolas e alimentares protagonizadas por mulheres do povo indígena Potiguara, no litoral norte da Paraíba, tomando a mandioca como eixo central de uma etnografia situada entre as aldeias Alto do Tambá e São Francisco. A partir de uma abordagem autorreferenciada, que articula experiência pessoal, observação participante e entrevistas com mulheres de diferentes gerações, o estudo evidencia como a agricultura familiar feminina ultrapassa a dimensão da subsistência, configurando-se como um campo de produção de saberes, cuidado, espiritualidade, circulação de renda e resistência política. Ancorado nos debates sobre gênero, interseccionalidade e epistemologias indígenas, o artigo demonstra que os quintais produtivos, roçados e casas de farinha são espaços centrais para a reprodução social, a soberania alimentar e a continuidade da vida coletiva Potiguara. As práticas alimentares são compreendidas como linguagens políticas e morais, nas quais se entrelaçam território, ancestralidade, gênero e geração. Ao destacar o protagonismo das mulheres indígenas na organização econômica, no cuidado comunitário e na defesa do território, o estudo contribui para a valorização dos saberes tradicionais e para a formulação de políticas públicas culturalmente adequadas, especialmente em contextos marcados por crise climática, insegurança alimentar e ameaças aos direitos indígenas. O artigo reafirma a potência das epistemologias indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento e como projetos de vida voltados ao bem viver.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Agricultura familiar; Mandioca

Introdução

A alimentação, para os povos indígenas, é mais do que uma necessidade biológica: é uma expressão de relações sociais, espirituais, ecológicas e políticas. No território Potiguara da Paraíba, as práticas agrícolas protagonizadas por mulheres revelam uma articulação potente entre gênero, produção de alimentos, circulação de renda e formas próprias de cuidado com a vida. Neste artigo, apresento uma etnografia situada entre as

aldeias Alto do Tambá e São Francisco, onde investiguei como mulheres Potiguara organizam seus espaços de produção e sustentação da vida através da mandioca e de seus saberes tradicionais.

Parto de uma experiência pessoal como mulher, pesquisadora e parente Potiguara, inserida nas dinâmicas cotidianas dessas aldeias. Minha formação como antropóloga é inseparável de minha existência como mulher indígena: pesquisar sobre meu povo é também reivindicar o direito de contar nossa história com nossas próprias vozes. Inspirada na perspectiva de uma antropologia engajada, trago neste artigo uma reflexão sobre as formas de produção e circulação da vida ancoradas nos quintais, roças e casas de farinha conduzidas por mulheres.

Esta pesquisa, portanto, é parte de um esforço coletivo para fortalecer os modos próprios de viver bem em tempos de crise climática, insegurança alimentar e ameaça aos direitos dos povos indígenas. O foco recai sobre os modos pelos quais gênero, geração, classe, territorialidade e espiritualidade se entrelaçam nas práticas alimentares, organizacionais e econômicas, compondo um retrato interseccional das experiências femininas Potiguara.

A alimentação e a agricultura indígena entre os Potiguaras da Paraíba constituem práticas fundantes que ultrapassam a dimensão da mera subsistência, revelando-se como processos de reafirmação cultural, política e espiritual. Essas práticas se apresentam como formas de resistência e reafirmação identitária em contextos marcados por processos históricos de colonização, expropriação territorial e invisibilização dos saberes tradicionais.

A mandioca, enquanto alimento ancestral, é central nesse universo, não apenas por sua importância nutricional, mas pelo seu papel simbólico e ritualístico. Nas aldeias Alto do Tambá e São Francisco, as mulheres desempenham um papel crucial na manutenção das roças, na produção da farinha e no cuidado com os quintais produtivos, garantindo a circulação da renda e a reprodução social das comunidades. Estes espaços são também locais de trocas intergeracionais e de transmissão de saberes que articulam o passado, o presente e o futuro do povo Potiguara, conforme observações etnográficas realizadas entre 2021 e 2022, no âmbito da pesquisa de graduação e mestrado.

Este artigo se insere no debate sobre as epistemologias indígenas, trazendo à tona as vozes e práticas das mulheres Potiguara, que revelam um modo de ser no mundo que desafia paradigmas coloniais, tanto na forma de conhecer como na forma de agir. A pesquisa visa, assim, contribuir para a valorização da diversidade epistemológica e para

a formulação de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam o protagonismo indígena, sobretudo das mulheres, em processos de soberania alimentar e territorial.

A abordagem adotada entende o gênero como uma categoria analítica e política que atravessa as relações sociais indígenas, sendo indispensável para compreender as dinâmicas internas e os desafios enfrentados pelas mulheres no contexto contemporâneo (GRANDÓN, 2012; BARROSO-HERNÁNDEZ, 2018).

Por fim, o artigo dialoga com a interseccionalidade de Crenshaw (2002) para evidenciar as múltiplas opressões e as estratégias de resistência articuladas pelas mulheres Potiguara, que enfrentam o racismo, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas impostas pelo Estado brasileiro.

Gênero, Interseccionalidade e Epistemologias Indígenas: Um Marco Teórico Contextualizado

Gênero e Práticas Políticas das Mulheres Indígenas

A literatura feminista indígena vem demonstrando que as mulheres originárias do continente americano ocupam posições centrais em suas comunidades, atuando como guardiãs do conhecimento, da memória e das práticas de cuidado e sustança da terra (GRANDÓN, 2012). Essas práticas são carregadas de um significado político, pois desafiam as formas hegemônicas de organização social e econômica impostas pelo colonialismo.

Nas comunidades Potiguara, o papel das mulheres nas roças e no processamento da mandioca é inseparável das suas funções como cuidadoras e líderes em espaços domésticos e comunitários. A pesquisa etnográfica revela que o cultivo da terra não é apenas trabalho físico, mas um ritual de conexão com o território e com os ancestrais. Nesse sentido, a ação feminina emerge como uma forma de governar a vida coletiva, reforçando laços de solidariedade e reciprocidade. Barroso-Hernández (2018) destaca que o cuidado é uma prática política fundamental para a resistência das mulheres indígenas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. No caso Potiguara, o cuidado materializa-se nas práticas agrícolas, na proteção das sementes e na organização das festas e rituais ligados ao ciclo agrícola.

Marco Teórico: Gênero, Interseccionalidade e Dinâmicas Socioterritoriais

A abordagem deste artigo está ancorada em perspectivas teóricas que articulam os estudos de gênero, interseccionalidade e saberes indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento. O conceito de interseccionalidade,

formulado por Kimberlé Crenshaw (2002), permite compreender como diferentes marcadores sociais (como gênero, raça, classe, geração e territorialidade) não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam na produção de desigualdades e resistências. No contexto indígena, essa abordagem é fundamental para visibilizar as especificidades das experiências de mulheres indígenas que articulam ancestralidade, espiritualidade, pertencimento territorial e práticas de subsistência.

A literatura sobre gênero em contextos indígenas, como discutido por Giovanna Grandón (2012), Maria Barroso-Hernández (2018) e autoras indígenas como Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeba, enfatiza que as mulheres não são apenas reprodutoras da cultura, mas construtoras de territórios, políticas e espiritualidades. Elas são responsáveis por manter práticas agrícolas tradicionais, transmitir saberes intergeracionais e assegurar a soberania alimentar de suas famílias e comunidades.

Além disso, inspiram esta análise os trabalhos de autores como Gersem Baniwa (2015) e Eloy Amado (2020), que tratam da presença de indígenas pesquisadores produzindo conhecimento desde seus lugares de pertencimento. Essa abordagem dialoga com o que Viveiros de Castro (2003) denomina como uma antropologia de tradução e não de silenciamento, na qual os saberes locais são compreendidos como formas de teoria.

Por fim, a noção de "comida como linguagem" (WOORTMANN, 2013) nos auxilia a interpretar as práticas alimentares como formas de comunicação simbólica e política. A mandioca, nesse sentido, não é apenas um alimento, mas um eixo de organização ecológica, econômica e moral.

Epistemologias Indígenas e a Produção de Conhecimento Autorreferenciado

Amado (2020) aponta que as epistemologias indígenas são formas de conhecimento que emergem das lutas por reconhecimento territorial e cultural, desafiando o paradigma científico ocidental. Essas epistemologias privilegiam o conhecimento situado, relacional e integrado, onde o humano e o não humano coabitam e se influenciam mutuamente.

No território Potiguara, a relação com a terra e a mandioca é inseparável do reconhecimento espiritual e ancestral. A fala das mulheres da aldeia Alto do Tambá evidencia essa dimensão: “a mandioca é viva, ela nos guia e fortalece” (entrevista, 2022). Essa concepção implica um cuidado que vai além do material, envolvendo a responsabilidade ética para com as gerações futuras e com os espíritos da terra.

Imagem 01: Roçado Potiguara



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Eduardo Viveiros de Castro (2003) ressalta que a antropologia deve promover uma “tradução” que respeite as cosmovisões indígenas, abrindo espaço para o diálogo entre saberes. A presente pesquisa assume esse desafio, buscando compreender as práticas Potiguara segundo seus próprios termos e lógicas internas.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu com base em métodos qualitativos, fundamentados na etnografia autorreferenciada, que valoriza a posição da pesquisadora como parte integrante da comunidade Potiguara. Essa posição possibilitou a construção de relações de confiança e a aproximação com saberes localizados, especialmente os ligados às práticas femininas de agricultura e cuidado da terra.

A coleta de dados envolveu observação participante em diversas atividades agrícolas, entrevistas semiestruturadas com mulheres de diferentes idades, registros fotográficos e análise documental de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar indígena. A pesquisa se desenvolveu entre os anos de 2021 e 2022, com foco em dezesseis chefes de família (a maioria mulheres), nas aldeias Alto do Tambá e São Francisco, ambas localizadas no município de Baía da Traição, Paraíba. A partir de 2023, as reflexões foram aprofundadas no contexto do projeto “Revitalizar para Vivir Bien”, que articula práticas de base comunitária com propostas de acesso a fundos verdes e financiamento climático no território Potiguara.

Utilizei como ferramentas metodológicas a observação participante, entrevistas abertas, conversas que favoreceram a escuta ativa das mulheres e a validação das interpretações informais e registros audiovisuais. As casas, roçados, quintais e casas de farinha foram os espaços privilegiados para acompanhar práticas cotidianas de produção, preparo e partilha dos alimentos. As narrativas dessas mulheres são também atravessadas por histórias de vida, memórias, espiritualidades e estratégias de enfrentamento da pobreza, da violência de gênero e das perdas territoriais. Esse processo se alinhou com a ética da pesquisa com povos indígenas, que prioriza o respeito, o consentimento livre e esclarecido e o reconhecimento da autoria coletiva do conhecimento produzido.

O uso de fotografias e vídeos, bem como de desenhos feitos pelas próprias interlocutoras, foi importante para registrar os modos de fazer e saber. As imagens capturaram, por exemplo, as etapas da farinhada, a colheita das macaxeiras, a divisão do trabalho por faixas etárias e os utensílios tradicionais utilizados nas medições como cuias, congas e latas.

O campo foi atravessado também por dificuldades: perdas familiares durante a pandemia, desafios de infraestrutura tecnológica (falta de internet e equipamentos) e barreiras emocionais próprias da imersão em memórias de dor e resistência. Mesmo assim, esses momentos de vulnerabilidade revelaram a potência da coletividade e a força espiritual que nos sustenta.

Essa metodologia se apoia na ideia de "pesquisa com parentes", como sugerem autores indígenas, reconhecendo que o conhecimento é tecido em redes de afeto, confiança e reciprocidade. Não se trata apenas de investigar, mas de dialogar, aprender e retribuir, reconhecendo a ciência que habita os corpos, os gestos e os saberes das mulheres Potiguara.

Agricultura Familiar, Circulação de Renda e Sustentabilidade no Território Potiguara

A agricultura familiar entre os Potiguaras, em especial aquela gerida pelas mulheres, não pode ser compreendida apenas como uma atividade econômica isolada, mas sim como um conjunto complexo de práticas sociais que articulam a reprodução material, social e simbólica da comunidade. As roças de mandioca e os quintais produtivos, espaços onde se cultivam também frutas, hortaliças e plantas medicinais, são centros vitais para a autonomia alimentar e a segurança nutricional das aldeias. Como Woortmann (2013) destaca, a comida é linguagem e vínculo social; no território Potiguara, o alimento produzido é carregado de sentidos que reforçam a identidade e a

territorialidade.

Imagem 02: Agricultura feminina



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Essas práticas femininas constroem uma soberania alimentar baseada na autonomia, no respeito aos ciclos naturais e no fortalecimento da comunidade. A mandioca, nesse contexto, é uma "comida de sustança", como dizem as mulheres, capaz de alimentar o corpo, proteger a alma e manter a terra viva. Sua relevância também se expressa nas propostas do projeto “Revitalizar para Vivir Bien”, no qual as casas de farinha e os quintais produtivos são reconhecidos como espaços estratégicos de resistência climática e cultural.

Agricultura Familiar, Circulação de Renda e Sustentabilidade no Território Potiguar

A agricultura familiar praticada pelas mulheres Potiguar é um espaço de produção material, social e simbólica, que reafirma a relação intrínseca entre território, identidade e resistência. Segundo Amado (2020), as epistemologias indígenas ressaltam que o território não é apenas um espaço físico, mas uma teia de relações vivas que envolvem saberes, práticas e lutas históricas. No Alto do Tambá, por exemplo, a roça e o quintal produtivo são extensões desse território vivo, onde se reproduzem saberes ancestrais sobre cultivo da mandioca, plantas medicinais e alimentação saudável, práticas

que não apenas garantem a subsistência, mas mantêm a memória e a espiritualidade Potiguara.

A agricultura familiar entre os Potiguaras, em especial aquela gerida pelas mulheres, não pode ser compreendida apenas como uma atividade econômica isolada, mas sim como um conjunto complexo de práticas sociais que articulam a reprodução material, social e simbólica da comunidade.

Os quintais, roçados e casas de farinha, espaços onde se cultivam também frutas, hortaliças e plantas medicinais, são centros vitais para a autonomia alimentar e a segurança nutricional das aldeias. Se referem a espaços centrais na vida das mulheres Potiguara. Neles, se entrelaçam saberes antigos, práticas transmitidas por gerações e formas de resistência à invisibilização e à pobreza. A mandioca ocupa lugar de destaque não apenas como base da alimentação, mas como eixo em torno do qual se constroem vínculos, reciprocidades e economias próprias.

Cada mulher entrevistada possui uma relação particular com a terra. Severina, Bililico, Iracema, Maria Fidelis e outras tantas mostraram, com gestos e palavras, que cultivar é mais do que plantar: é cuidar, respeitar os tempos da natureza, ouvir os encantados e reconhecer os sinais do céu, da terra e da mata. Suas casas são extensões vivas dos seus corpos, conectadas à espiritualidade, aos parentes vivos e aos que já se encantaram. A casa de farinha é um dos espaços mais simbólicos e compartilhados. Ela não pertence a uma única pessoa: é coletiva, e nela se concentram processos que articulam a comunidade o plantar, o colher, o raspar, o prensar, o torrar e o partilhar. Crianças, jovens e idosos participam das farinhadas, aprendendo desde cedo os segredos do tempo, do ponto e da força da mandioca.

Imagem 03: Casa de farinha



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A farinha, o beiju, a goma e a tapioca não são apenas alimentos, mas expressões de saber e de pertencimento (Bernardo 2023). Há uma diversidade de espécies de mandioca (bravas e mansas), e cada uma exige técnicas específicas de manejo. As mulheres sabem qual variedade deve ser plantada no arisco ou no paü, e em que época do ano. Essas escolhas não seguem apenas critérios agronômicos, mas dialogam com calendários espirituais e familiares. As decisões sobre o plantio são tomadas em rede, com escuta e afeto, articulando trabalho e cuidado.

Essas práticas femininas constroem uma soberania alimentar baseada na autonomia, no respeito aos ciclos naturais e no fortalecimento da comunidade. A mandioca, nesse contexto, é uma "comida de sustança", como dizem as mulheres, capaz de alimentar o corpo, proteger a alma e manter a terra viva.

Como Woortmann (2013) explica, a comida funciona como linguagem e vínculo social; no cotidiano Potiguara, preparar e compartilhar a farinha e outros alimentos cultivados é um ato político que reafirma laços comunitários e modos de ser indígenas. Durante as observações etnográficas em 2021–2022, foi possível notar que o preparo da farinha envolve todo o ciclo comunitário, desde o plantio até a colheita e processamento, onde mulheres mais velhas transmitem saberes para as jovens, garantindo a continuidade do conhecimento.

Essa dimensão de cuidado também é destacada por Barroso-Hernández (2018),

que analisa o papel das mulheres indígenas como agentes do cuidado na reprodução da vida e da cultura. No caso Potiguara, as mulheres lideram a organização da produção agrícola e a circulação da renda, que é destinada prioritariamente para o bem-estar das famílias e da comunidade, reforçando redes de solidariedade e apoio mútuo. Dona Iracema do Alto do Tambá, exemplifica isso ao afirmar que o dinheiro obtido com a venda da farinha é usado para “o remédio das crianças, para a escola dos netos, ajuda aos filhos, para o que precisar” (entrevista, 2022), mostrando que a circulação econômica está imbricada em relações sociais de cuidado, e não apenas no lucro individual.

Entretanto, como aponta Baniwa (2015), as políticas públicas brasileiras frequentemente ignoram essas especificidades culturais, impondo critérios técnicos e burocráticos que não contemplam as práticas tradicionais e as necessidades reais das comunidades indígenas. Isso se reflete nas dificuldades de acesso a fundos, assistência técnica e crédito para o fortalecimento da agricultura familiar Potiguara, agravando a vulnerabilidade econômica e territorial.

A crítica ao modelo dominante, que desconsidera o tempo e a lógica indígena, é também uma perspectiva que Eduardo Viveiros de Castro (2003) enfatiza ao discutir a incerteza do passado e a construção da antropologia da nação. No território Potiguara, a defesa do modo de vida ancestral é uma forma de resistência ao avanço colonial e ao projeto neoliberal, que ameaça o equilíbrio ecológico e cultural.

Ademais, as análises interseccionais de Crenshaw (2002) sobre gênero, raça e classe são fundamentais para compreender as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres Potiguara, que resistem não apenas à discriminação racial e cultural, mas também à violência de gênero e à marginalização econômica. Essas opressões atravessam suas vidas cotidianas, mas também se transformam em fontes de luta e organização política, como mostram Grandón (2012) e Kambeba (2019), que destacam o protagonismo das mulheres indígenas em práticas políticas e espaços urbanos.

Na Paraíba, o protagonismo político das mulheres Potiguara se expressa em associações, organizações e projetos como a AMGIPPB (Associação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Paraíba), OJIP/PB (Organização da Juventude Indígena Potiguara da Paraíba) e Projeto Águas Potiguara que articulam ações para fortalecer a agricultura familiar, a defesa do território e o reconhecimento dos direitos indígenas. Eliane Potiguara (2004), em sua obra, já ressaltava a importância da “metade cara, metade máscara”, ou seja, a complexidade do ser mulher indígena, que transita entre o cuidado da comunidade e as lutas políticas.

Por fim, é importante destacar que a alimentação e a produção agrícola são um eixo central para a construção de um projeto de vida indígena que articula o passado, o presente e o futuro, conforme evidenciado pelas práticas observadas nas aldeias Alto do Tambá e São Francisco (registros etnográficos, 2021–2022).

Produção, Comercialização e Circulação de Renda

A produção da farinha, principal derivado da mandioca, é um trabalho intensivo e tradicionalmente feminino. As mulheres organizam a colheita, o processamento e, frequentemente, a comercialização da farinha, seja para consumo interno ou venda em feiras locais e mercados próximos.

Essa circulação econômica, ainda que modesta em escala monetária, tem grande impacto social, pois garante recursos para a compra de outros alimentos, medicamentos e materiais escolares, reforçando o papel da mulher como agente central da economia doméstica. Em uma entrevista com Dona Maria, liderança feminina do Alto do Tambá, ela relatou: “Quando vendemos a farinha, é para ajudar a família. O dinheiro é para o remédio das crianças, para a escola dos netos, para o que precisar” (entrevista, 2022).

Essa fala ilustra como o dinheiro circula dentro de redes de solidariedade e cuidado, diferentemente dos modelos capitalistas convencionais, em que o lucro e a acumulação são fins em si mesmos. A produção da mandioca e seus derivados não apenas sustenta as famílias, mas também gera renda complementar e promove a circulação econômica dentro e entre as aldeias. As mulheres vendem farinha, beiju, goma e outros alimentos em feiras locais e regionais, fortalecendo redes econômicas pautadas pela reciprocidade, solidariedade e autonomia.

Os quintais produtivos, muitas vezes invisibilizados pelas estatísticas oficiais, são verdadeiros polos de abastecimento alimentar. Além da mandioca, cultivam-se macaxeira, batata-doce, milho, banana, frutas nativas, hortaliças e ervas medicinais. Esses alimentos abastecem a mesa da família, mas também circulam entre vizinhas, em doações, trocas e vendas.

As aposentadorias rurais, benefícios como o Bolsa Família e o acesso a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reforçam a economia familiar, permitindo que mulheres mantenham a produção, invistam na educação dos filhos e resistam aos impactos da precariedade e da expropriação histórica de seus territórios.

Contudo, o acesso a essas políticas nem sempre é garantido. A burocracia, o racismo institucional e a descontinuidade dos programas são desafios constantes. Mesmo

assim, as mulheres constroem estratégias para acessar esses recursos, organizam grupos, participam de associações e articulam diálogos com gestores públicos. Sua presença em espaços de decisão política tem crescido, ainda que lentamente.

Essas experiências revelam que a economia indígena não pode ser compreendida apenas a partir dos parâmetros do mercado. Trata-se de uma economia do cuidado, da relacionalidade e da coletividade. A renda, nesses contextos, circula entre famílias, fortalece o bem viver e sustenta uma forma própria de resistência econômica.

Impactos das Políticas Públicas e Desafios

Apesar da relevância, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar indígena no Brasil muitas vezes não reconhecem as especificidades culturais e as formas próprias de organização comunitária dos Potiguaras. O acesso a fundos, crédito e assistência técnica ainda é limitado e condicionado a critérios burocráticos que desconsideram o modo de vida e as prioridades indígenas. Este cenário contribui para a vulnerabilidade econômica e a pressão sobre o território, intensificando o risco de desmatamento e perda dos saberes tradicionais. Em contraposição, iniciativas locais como as associações de mulheres e os projetos de agroecologia promovidos pela comunidade buscam fortalecer a autonomia e a sustentabilidade territorial.

Juventude, Gênero e Resistência: Novas Frentes de Luta e Protagonismo

A participação da juventude indígena nas práticas agrícolas e nas lutas políticas é fundamental para a continuidade dos saberes e para a construção de novos caminhos de resistência. No entanto, observa-se um desafio crescente devido à migração para cidades, dificuldades no acesso à educação formal e discriminação racial e cultural. Na Paraíba, jovens Potiguaras participam de organizações como a OJIP (Organização da Juventude Indígena Potiguará), buscando criar espaços de afirmação cultural e política. A articulação entre gerações, mediada pelas mulheres mais velhas que transmitem os saberes agrícolas, é um fator decisivo para que a juventude se reconheça como continuadora do projeto de vida coletivo.

Sustança, Cuidado e Soberania Alimentar

As práticas alimentares das mulheres Potiguaras são também práticas de cuidado coletivo, espiritualidade e afirmação territorial. A comida, para além do sustento físico, expressa afeto, proteção, resistência e ensinamento. Preparar o beiju, ralar a mandioca, torrar a farinha, cozinhar a macaxeira, tudo isso se inscreve em uma política cotidiana da vida, marcada pela reciprocidade e pelo respeito à ancestralidade.

Ao observar essas práticas, compreende-se que a soberania alimentar não é apenas

uma reivindicação de acesso à terra ou ao alimento, mas uma afirmação de autonomia cultural e espiritual. As mulheres decidem o que plantar, como plantar, quando colher e com quem partilhar. Essa autonomia é construída no dia a dia, nos gestos repetidos, nas narrativas compartilhadas e nas práticas que resistem aos efeitos do racismo, da colonização e da mercantilização da vida.

O cuidado emerge como uma dimensão central nessas relações. Cuidar da terra é cuidar de si, da comunidade e das futuras gerações. Cozinhar é também ensinar, proteger e fortalecer laços. A comida feita nos quintais e casas de farinha carrega memórias, força espiritual e saúde.

Essa soberania alimentar, alicerçada no cuidado e na autonomia, é ao mesmo tempo um projeto político e uma prática cotidiana. Ela desafia os modelos hegemônicos de produção e consumo e sustenta modos próprios de viver e resistir. É por isso que as mulheres Potiguara dizem: "comida de sustança é comida de quem planta com fé e reparte com o coração".

Considerações Finais

Este artigo buscou valorizar, documentar e refletir sobre as práticas de sustança, cuidado e resistência das mulheres Potiguara, tomando a mandioca como eixo central de uma etnografia afetiva e política. Ao longo das páginas, evidenciei como os quintais, roçados e casas de farinha são espaços de agência, de memória e de produção de renda, mas também de espiritualidade e de luta cotidiana. Evidenciei como as mulheres Potiguara protagonizam um modo próprio de habitar o território por meio da agricultura familiar, circulando renda e reproduzindo saberes que fortalecem a identidade e a autonomia comunitária. As práticas agrícolas não são apenas meios de sustento, mas territórios de epistemologia e política indígena, que desafiam os modelos coloniais e capitalistas vigentes.

A interseccionalidade de gênero, raça e classe revela as múltiplas camadas de opressão que as mulheres enfrentam, mas também as estratégias coletivas de resistência e reexistência. Para além da produção de alimentos, essas mulheres são guardiãs do território, líderes políticas e agentes de transformação social.

As experiências compartilhadas por mulheres como Bililico, Iracema, Dona Severina e tantas outras revelam um saber ancestral que resiste ao tempo e às políticas coloniais que historicamente tentaram deslegitimar os modos indígenas de viver. Reivindicar a centralidade da comida, da terra e do cuidado nos modos de vida Potiguara é também uma forma de fazer política, de disputar narrativas e de sustentar territórios.

Além disso, ao trazer uma perspectiva de pesquisa situada e autorreferenciada, afirmei que a antropologia pode ser feita desde dentro, a partir dos corpos, territórios e saberes que os povos indígenas carregam. A ciência não precisa ser neutra para ser rigorosa; ela pode ser sensível, comprometida e insurgente.

É imprescindível que as políticas públicas reconheçam e incorporem essas especificidades, promovendo o acesso a recursos de forma culturalmente adequada, fortalecendo a agricultura familiar indígena e incentivando o protagonismo da juventude.

Ao reconhecer as epistemologias indígenas, conforme Amado (2020), e valorizar as práticas femininas de cuidado, este estudo contribui para a construção de um conhecimento autorreferenciado que respeita e fortalece o povo Potiguara, seu território e seu modo de vida. Em tempos de crise climática, insegurança alimentar e ataques aos direitos dos povos indígenas, a aposta nas práticas de sustança das mulheres Potiguara é também uma aposta no futuro, um futuro que floresce no cuidado com a terra, no cultivo da fé e na partilha do alimento.

Referências

AMADO, Eloy. Epistemologias indígenas e lutas por território. In: RODRIGUES, C.; RIBEIRO, D. (Orgs.). *Territórios em disputa*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

BANIWA, Gersem Luciano da Silva. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECADI, 2015.

BARROSO-HERNÁNDEZ, Maria. Mulheres indígenas e o cuidado: tramas de vida e resistência. *Revista Tellus*, v. 18, n. 35, p. 65–89, 2018.

BERNARDO, Cristina de Lima. Práticas agrícolas e saberes locais do Povo Potiguara da Paraíba: espaços e produção de alimentos a partir da mandioca. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, até o passado é incerto: a antropologia da nação e a crítica do nativismo. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, até o passado é incerto: a antropologia da nação e a crítica do nativismo. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

GRANDÓN, Giovanna. Mulheres indígenas e práticas políticas. *Cadernos Pagu*, n. 38, p. 191–217, 2012.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama – Eu moro na cidade*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2004.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem: o cotidiano do comer e do cozinhar. In: WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. (Orgs.). *Comida e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2013. p. 15–35.